

Convite à apresentação de contributos para uma “Fábrica de IA”

Em janeiro de 2024, a Comissão Europeia lançou um pacote de medidas para apoiar as *startups* e as PME europeias no desenvolvimento de inteligência artificial (IA) fiável que respeite os valores e as regras da UE. Este pacote está em consonância com a Lei da IA (AI Act), que apoia o desenvolvimento, a implantação e a aceitação de uma IA fiável na UE.

Este pacote foi concebido para apoiar as empresas em fase de arranque e a inovação no domínio da IA. Inclui o acesso a supercomputadores otimizados para IA a empresas em fase de arranque e à comunidade de inovação em geral - a criação de Fábricas de IA.

As fábricas de IA são ecossistemas dinâmicos que promovem a inovação, a colaboração e o desenvolvimento no domínio da IA. Reúnem os ingredientes necessários - potência informática, dados e recursos humanos - para criar modelos de IA avançados.

Para mais informação ver <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/ai-factories>

A implementação das Fábricas de IA ficou a cargo da Empresa Comum Europeia para a Computação de Alto Desempenho (EuroHPC), tendo esta entidade aberto concursos no passado dia 10 de setembro, para seleção de países ou consórcios de países, para instalação de Fábricas de IA.

Para mais informação ver https://eurohpc-ju.europa.eu/eurohpc-joint-undertaking-launches-ai-factories-calls-boost-european-leadership-trustworthy-ai-2024-09-10_en

Portugal participa na Empresa Comum EuroHPC através da FCT, estando a decorrer os trabalhos preparatórios, para candidatura ao concurso EUROHPC-2024-CEI-AI-02, em consórcio com a Espanha.

Neste contexto considerou-se útil recolher contributos de todos os potenciais interessados (empresas, administração pública, academia, etc.), através do preenchimento de um curto inquérito.

A resposta ao inquérito não constitui qualquer compromisso por parte das entidades que o preencherem.

Numa primeira fase, pretende-se obter contributos até ao final do dia **21 de outubro** próximo, mantendo-se, no entanto, o convite aberto até final de novembro.

Os interessados devem preencher e submeter o **formulário simplificado** em <https://forms.office.com/e/kipxumHELJ> em Português ou Inglês.



Contato para esclarecimentos: rnca@fccn.pt

Informação aos titulares dos dados:

No contexto do preenchimento do formulário de registo, são recolhidos dados pessoais cujo tratamento é realizado de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, em vigor desde 25 de maio de 2018 e que revogou a Diretiva 95/46/CE, de 24 de outubro de 1995, de 24 de outubro, e ainda conforme o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução na ordem jurídica nacional do RGPD.

Os dados pessoais são recolhidos diretamente dos titulares dos dados mediante o preenchimento do referido formulário por parte dos utilizadores para acesso a recursos computacionais.

As categorias de titulares dos dados são: investigadores, docentes, estudantes, doutorados, empresários entre outros utilizadores com envolvimento no sistema científico e empresarial português.

Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente à finalidade de *Gestão de Divulgação do Conhecimento Científico* sendo recolhidas as seguintes categorias comuns de dados pessoais:

- Identificação civil: incluindo nome e apelido;
- Informações de contato: abrangendo endereço de correio eletrónico institucional ou pessoal, país de residência;
- Rastreamento: ferramentas e protocolos como endereços de IP (protocolo de internet), identificadores únicos, logs de segurança (acesso);
- Autenticação: Credenciais de acesso (nome de utilizador e palavra-chave);
- Dados de navegação: Endereço IP (protocolo de internet), cookies de sessão.

Nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas b), c) e e) do artigo 6.º, n.º 1 do RGPD, as operações de tratamento a realizar, no contexto do preenchimento do formulário, são lícitas por serem necessárias para a execução de um contrato no qual os titulares dos dados são parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido dos titulares dos dados ou ainda por serem necessárias para o cumprimento de obrigações jurídicas a que a FCT está sujeita e ainda por serem necessárias ao exercício de funções de interesse público de que a FCT se encontra investida.

A FCT conserva os dados pessoais dos utilizadores durante o mínimo de tempo possível. Este período tem em conta os motivos pelos quais é necessário efetuar o tratamento dos dados, bem como para o cumprimento dos prazos relativos às obrigações legais.

A FCT poderá ainda proceder ao tratamento dos dados pessoais para fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos com respeito pelo princípio da minimização dos dados incluindo a anonimização ou a pseudoanonimização dos mesmos sempre que os fins visados possam ser atingidos por uma destas vias.

A partilha dos dados pessoais pela FCT com entidades terceiras só é efetuada caso exista fundamento legal. Por regra os dados só são partilhados com entidades que se dedicam à investigação e desenvolvimento (I&D) e que são intervenientes no sistema nacional de ciência e tecnologia e ainda com entidades responsáveis por atribuir e gerir os fundos europeus em Portugal (autoridades de gestão e organismos intermédios).

Os dados pessoais são partilhados com estas entidades para efeitos de acesso e divulgação do conhecimento, promoção das condições adequadas de emprego científico e de emprego qualificado nas instituições de I&D, potenciando o rejuvenescimento da comunidade científica e o desenvolvimento de carreiras científicas.

Os dados pessoais poderão ser ainda sujeitos a transferência internacional não só para países pertencentes ao Espaço Económico Europeu como, também, para países terceiros. Nesses casos, a FCT transfere os dados com as garantias adequadas assegurando sempre a segurança dos dados, utilizando as ferramentas de transferência internacional de dados mais apropriadas para o efeito.

A FCT assume a qualidade de responsável pelo tratamento dos dados pessoais, com sede na Avenida D. Carlos I, 126, 1249-074 Lisboa, telefone: +351 21 3924300, tendo designada uma Encarregada da Proteção de Dados Pessoais, cujo contacto deve ser efetuado diretamente para o endereço de correio eletrónico dpo@fct.pt para todas as questões relacionadas com os dados pessoais tratados para esta finalidade, mais se informando que os dados pessoais serão conservados de acordo com o que for fixado por norma legal ou regulamentar, ou, na falta desta, com o que se revele necessário para a prossecução da finalidade.

Através de qualquer um dos contactos acima indicados, e sem prejuízos dos limites previstos na lei, os titulares dos dados têm o direito de solicitar à FCT o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, à sua retificação ou ao seu apagamento, à observância da limitação do tratamento dos seus dados e à portabilidade dos dados quando tecnicamente possível. Podem ainda opor-se ao tratamento ou retirar, em qualquer momento, o consentimento previamente dado, caso tenha sido este o caso.

Sem prejuízo de envio de notificação direta à FCT, os titulares dos dados podem apresentar uma reclamação diretamente junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt), utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito.

Os dados pessoais são conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para a finalidade para a qual são tratados, sem prejuízo, entre outros, do cumprimento de obrigações legais que imponham um determinado prazo de conservação ou do exercício de direitos e interesses legítimos da FCT.

Os dados pessoais que manifestamente não forem relevantes para a finalidade de *Gestão de Divulgação do Conhecimento Científico*, não são conservados, devendo ser imediata e irreversivelmente anonimizados e eliminados. Para garantir a proteção dos dados pessoais tratados, a FCT implementou regras rigorosas e internacionalmente reconhecidas, que se aplicam a todos os indivíduos legalmente autorizados a manusear esses dados pessoais. Para o efeito, a FCT adotou medidas de segurança, de carácter técnico e organizativo, por forma a proteger os dados pessoais que são lhe disponibilizados, bem como para garantir a confidencialidade, integridade e autenticidade dos dados tratados. Os dados pessoais armazenados pela FCT são cifrados e anonimizados sempre que possível, e o acesso é controlado com base no princípio do privilégio mínimo.

Além disso, a FCT verifica continuamente as normas de segurança da informação para garantir não apenas uma melhoria contínua, mas também para se manter atualizada em relação às novas ameaças, implementando as contramedidas necessárias.